



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO VEREADOR PRESIDENTE LELO COUTO

Lelo Couto, vereador e Presidente desta augusta Casa de Leis, no uso de suas prerrogativas regimentais, amparado e fundamentado no inciso I e III do artigo 94, e inciso I do §1º do artigo 106, ambos do Regimento Interno deste Parlamento, venho mui respeitosamente a emérita presença de Vossas Excelências colocar em apreciação do Plenário, o presente Projeto de Lei Complementar, abaixo elencado:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº /2026

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 27 de 29 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cariacica, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições constitucionais:

APROVA:

Art. 1º – O artigo 302 da Lei Complementar nº 27 de 29 de dezembro de 2009 (Código Tributário de Cariacica) passa reger com a seguinte redação:

Art. 302 - São isentos da taxa de licença:

I - (...);

f) - Os Templos de qualquer culto e suas extensões com as mesmas finalidade

Art. 2º – O Executivo Municipal publicará a presente Lei no que couber.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário Vicente Santorio, em 11 de junho de 2026.

LELO COUTO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100330033003100340030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO VEREADOR PRESIDENTE LELO COUTO

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O presente Projeto de Lei Complementar em epígrafe que tem por objetivo alterar o artigo 302 inciso I da Lei nº Complementar nº 27 de 29 de dezembro de 2009 (Código Tributário de Cariacica) incluindo a alínea “f” pretende isentar as Igrejas por não exercerem atividades comerciais e econômicas.

A imunidade tributária dos templos de qualquer culto já era uma garantia prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "b", da Constituição Federal de 1988. Essa imunidade tem como objetivo proteger a liberdade religiosa, evitando que a atuação do Estado interfira no funcionamento das instituições religiosas por meio de cobrança de impostos. Na prática, a imunidade dos templos alcança apenas os tributos incidentes sobre bens e rendas diretamente relacionados às suas atividades religiosas, como os edifícios onde ocorrem cultos e as receitas provenientes de doações.

Essa ampliação reflete o reconhecimento do importante papel social desempenhado por tais entidades. Além das atividades de culto, muitas organizações religiosas mantêm instituições voltadas à educação, saúde, assistência social e outras áreas de interesse público. No entanto, até então, essas entidades estavam sujeitas a uma carga tributária que poderia limitar o alcance de suas atividades. Então, isso é um bom ponto de partida para garantirmos que realmente usufruirão da dispensa no pagamento quem realmente a lei pretende proteger.

É meritório destacar, que o texto constitucional diz que templos e igrejas não podem ser tributados – pela União, por estados e municípios – em bens e serviços que são considerados essenciais para o exercício de suas atividades, como os edifícios e veículos vinculados às entidades.

Por fim, coloco a proposta a apreciação dos ilustres Edis que compõem este Parlamento, no sentido que façam as devidas Emendas e correções que acharem necessárias, e após Pareceres das Comissões habilitadas, seja encaminhada ao Plenário para possíveis discussões em seguida aprovação.

